

“O trabalho que elas deram”: feminilidades censuradas na revista *Realidade*¹

Nicoli TASSIS²

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG

RESUMO

Este trabalho propõe discutir a construção das identidades femininas materializadas nas páginas da revista *Realidade*, considerada uma das publicações de referência do jornalismo brasileiro, na segunda metade do século XX. Tomamos como objeto emblemático a edição de nº 10 (janeiro de 1967), dedicada a tecer um inventário sobre a mulher brasileira daquele período e que teve a sua circulação embargada por ter sido considerada amoral. A partir do gênero como figura de historicidade, visamos observar as formações hegemônicas em torno das feminilidades, bem como os valores residuais e emergentes que lhes tensionam e ressignificam. As reflexões aqui apresentadas são uma reverberação da tese de Doutorado defendida no PPGCOM / UFMG (2014) em diálogo com as discussões do atual projeto de pesquisa “Narrativas midiáticas e relações de gênero: as disputas identitárias em torno do “ser mulher”, desenvolvida no Grupo de Pesquisa em Narrativa, Cultura e Temporalidade – Narra (FACED / UFU).

PALAVRAS-CHAVE: gênero, narrativa, identidades, mulheres, revista *Realidade*.

INTRODUÇÃO

As revistas jornalísticas - em suas diversas modulações, opções temáticas, estéticas, languageiras, modos de produção, periodicidade e vínculos com o (s) público (s) - tem sido historicamente um importante instrumento para a discussão daquelas que são consideradas as principais questões de dada sociedade e tempo. A revista *Realidade*, lançada pela *Editora Abril* em 1966, é um dos exemplos de publicação que se destaca na história da imprensa brasileira, não só por suas inovações no campo da reportagem, mas, principalmente, pelas reflexões socioculturais que fomentou (GUEDES, 2014).

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Alteridade e Diversidade, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora do Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Educação e Comunicação (PPGCE/UFU), do Programa de Pós-graduação em Estudos Literários (PPGELIT/UFU) e do curso de Jornalismo (FACED / UFU). Doutora em Comunicação e Sociabilidade Contemporânea. Líder do Grupo de Pesquisa em Narrativa, Cultura e Temporalidade – Narra (FACED / UFU). E-mail: nicolitassis@gmail.com

Neste trabalho, partimos da edição nº 10 (janeiro de 1967), como objeto emblemático para discutir as construções hegemônicas em torno do “ser mulher” na sociedade brasileira naquele período, bem como os valores residuais e emergentes que as atravessam e constituem, apontando não só para os aprisionamentos de sentido, mas, principalmente, para as resistências e potências de transformação (WILLIAMS, 1979, 2011). Nesse percurso teórico-analítico, assumimos o gênero como uma figura de historicidade (RIBEIRO, LEAL e GOMES, 2017). ou seja, um conceito nuclear que nos permite observar as questões temporais materializadas nas narrativas em torno das mulheres na revista, ao passo que também nos oferta operadores para a sua análise.

A partir de um levantamento preliminar das 12 primeiras edições de *Realidade*, é possível afirmar que a revista se baseia em pelo menos dois pilares narrativo-discursivos: 1) o da transgressão, predominantemente anunciada em suas escolhas temáticas e nos editoriais; e 2) o da negociação, observado nos perfis de pessoas ligadas ao Estado e nas matérias que aludem ao ideal de ordem e progresso reverberado pela Ditadura Cívil Militar. Nesse ponto, ressalva-se que essa se constitui em uma possibilidade de análise da publicação, que poderia ainda ser investigada por muitas outras vias, haja vista o seu caráter diverso que traz um rico panorama geral da crítica cultural da época (música, teatro, literatura e artes em geral), além de recorrentes alusões ao universo midiático.

Diante das questões de gênero e identidades que motivam a presente análise, o ideal conservador de família se constitui num dos principais elementos simbólicos que dão a ver a dupla face – transgressão e negociação – que reveste a primeira fase da revista. Se era no seio familiar que fervilhavam diversas das principais mudanças sociais do período – o papel da mulher no mercado de trabalho, o modo de vida da juventude, a sexualidade, o desquite, o aborto, ser “mãe solteira”, etc – a família tradicional também era vista como o núcleo da ordem e preservação dos valores hegemônicos. Muitas vezes revestida de um caráter sacro, essa instituição servia ao propósito de (re) afirmar o discurso autoritário nas páginas da publicação, ecoando a mesma vertente presente de modo geral na sociedade e que, em grande medida, serviu de respaldo para o próprio golpe político de 1964.

“A mulher brasileira, hoje”

A edição nº 10 teve os seus exemplares apreendidos por causa de suas reportagens serem, supostamente, “obscenas e profundamente ofensivas à dignidade e honra da mulher” (*Realidade*, nº11, fevereiro de 1967, p. 06). Essa edição havia sido totalmente dedicada a questões ligadas ao chamado universo feminino, com destaque para as suas dificuldades e conquistas. A partir de uma pesquisa de opinião realizada com 1200 participantes, com o objetivo de traçar o perfil da mulher brasileira da virada dos anos de 1960 para a década de 1970. De acordo com a revista, foram tabuladas mais de 100 mil respostas para a construção de um mosaico que, de fato, representasse o universo feminino brasileiro em um momento de mudanças socioculturais não só no país, como no mundo.

As matérias abordaram temáticas como: o corpo feminino; um ensaio fotográfico sobre a maternidade; o perfil de diferentes mulheres, como uma parteira, uma freira, uma mãe de santo, três mulheres desquitadas, uma mãe solteira e uma executiva renomada; e uma entrevista com a atriz brasileira Ítala Nandi, comparada por suas ideias avançadas à atriz sueca Ingrid Thulin, entrevistada pela repórter italiana “freelance” Oriana Fallaci, na edição nº 1. Essa entrevista, repercutida em várias edições seguintes tanto em matérias, quanto na sessão de cartas dos leitores, abordou temas considerados avançados para o período, como a busca da igualdade de direitos entre homens e mulheres no campo sexual e a desvinculação entre casamento e sexo.

Apesar dos protestos da revista, a liberação para a republicação da edição dedicada às mulheres só veio em outubro de 1968, quase dois anos depois, quando o Supremo Tribunal Federal emitiu um parecer que anulou a primeira decisão. Nota-se que esse episódio é anterior ao acirramento da censura no país, que se tornou mais evidente a partir da instituição do AI-5, em 13 de dezembro de 1968. Isso demonstra o fino alinhamento entre o Juizado de Menores e o regime militar em relação aos costumes sociais e o entendimento em torno da defesa da moral e dos bons costumes – motivo apontado para a apreensão da revista mesmo antes da instituição do governo como agente censor.

Uma “revolução tranquila e necessária” que ainda esbarrava em muitas resistências, como o próprio título do editorial propunha: “O trabalho que elas deram” – uma alusão ao esforço de realização de um inventário como esse, mas também, uma sugestão de que essa nova mulher dá muito trabalho (ao universo masculino). Tal jogo linguageiro, além de ser usado como estratégia narrativa e discursiva para chamar a atenção dos leitores, se oferta como duplamente emblemático. Ao mesmo tempo em que indicia a herança de uma visão social que historicamente tem delegado arbitrariamente às mulheres o lugar da submissão, também aponta para o desejo de fraturar o ideal hegemônico em torno do estereótipo do “sexo frágil”.

Esse movimento pode ser percebido não só nas escolhas temáticas, estéticas, linguageiras e discursivas, como no esforço estrategicamente anunciado de conceder voz a “1200 mulheres de todos os tipos, idades e mentalidades de Pernambuco ao Rio Grande do Sul” (*Realidade*, nº 10, janeiro de 1967, p. 03). O simples gesto de percorrer as páginas da revista, sem se deter às minúcias de cada matéria, já desnuda o caráter contraditório que caracteriza não só essa edição, em particular, mas a serialidade da revista e, de modo geral, a própria sociedade da época.

Apesar das entrevistas elencadas por Roberto Civita (editor-chefe) demonstrarem o esforço dar visibilidade a brasileiras de diferentes classes sociais; níveis de escolaridade (iletradas e diplomadas); idades (18 a 50 anos); crenças (católicas, protestantes, pertencentes a outras religiões ou mesmo que não professam nenhuma fé); e tipos de atuação (no lar no mercado de trabalho); a capa dessa edição corrobora para o ideal reforçado pela Ditadura Cívica Militar naquele momento, de um país de maioria branca, jovem, saudável e com um futuro promissor.

A capa traz o rosto de uma jovem, emoldurado pelo desenho de uma lupa. A imagem eleita para representar metonimicamente todas as brasileiras é de uma mulher jovem, loira, de olhos azuis (realçados pela cor de fundo) e traços “europeus”. Além da face, se vê parte da mão esquerda posada abaixo do queixo, que juntamente com o olhar incisivo para a câmera, passa a ideia de reflexão e sobriedade. Sua maquiagem discreta, cabelos bem alinhados e brincos delicados materializam o conceito de sofisticação. Abaixo da fotografia, lê-se que se trata de uma edição especial e em caixa alta, na mesma fonte e cor (amarela) usada para o nome da revista, enfoca-se a temática do

exemplar: “A mulher brasileira, hoje”. As seis manchetes listadas na lateral esquerda, logo abaixo do título e ao lado da ilustração principal reiteram o caráter de dossiê desse número: “Pesquisa – o que elas pensam e querem”; “Confissões de uma moça livre”; “Ciência: o corpo feminino”; “Eu me orgulho de ser mãe solteira”; “Por que a mulher é superior” e “Assista a um parto até o fim”.

Por meio da capa, já é possível identificar várias das características que permeiam os auto discursos de *Realidade* sobre o estatuto jornalístico que lhe orienta, tal como a predileção por temas comportamentais considerados tabus para a sociedade do período, a saber, ser “mãe solteira” ou ter uma vida sexual fora dos preceitos religiosos do matrimônio. Diversas dessas reportagens fazem menção, direta ou indiretamente, a outras publicadas em edições anteriores, tais como, a reportagem sobre as freiras que dirigem uma paróquia (“Elas estão substituindo os padres”. *Realidade*, nº 10, janeiro de 1967, p. 52-62); a entrevista com a atriz Ítala Nandi, que é anunciada pela publicação como a possível Ingrid Thulin brasileira (“Essa mulher é livre”. *Realidade*, nº 10, janeiro de 1967, p. 76-80); e a matéria sobre Berta Schlesinger, dona de uma confecção em São Paulo, apresentada como exemplo da mulher que começa a ocupar cargos antes exclusivamente masculinos (“Dona Berta, o Diretor”. *Realidade*, nº 10, janeiro de 1967, p. 110-115). Todas essas matérias trazem temas já tratados na polêmica entrevista “As suecas amam por amor” (*Realidade*, nº 1, abril de 1966, p. 110-106).

O mesmo movimento pode ser observado no depoimento de uma jovem “mãe solteira” (“Sou mãe solteira e me orgulho disso”. *Realidade*, nº 10, janeiro de 1967, p. 116-120), que guarda semelhanças com a discussão levantada por outras duas outras matérias anteriormente publicadas, a saber: “A juventude diante do sexo” (*Realidade*, nº 5, agosto de 1966, p. 68-80) e “Deus está morrendo”, manchete da capa da edição nº 9 (dezembro de 1966, p. 26-34). Também pode ser percebido o diálogo entre o dossiê “Três histórias de desquite” (*Realidade*, nº 10, janeiro de 1967, p. 100-105) e “Desquite ou divórcio” (*Realidade*, nº 4, julho de 1966, p. 26-34).

Nesse ponto, destaca-se que além das semelhanças temáticas também é possível observar pontos comuns no que diz respeito à abordagem. As entrevistas de Ingrid e Ítala são ilustradas por fotografias coloridas, em primeiro plano, que destacam os rostos sorridentes das atrizes, funcionando no âmbito discursivo como um convite para que o

leitor conheça bem de perto as opiniões consideradas de vanguarda de mulheres que não têm medo de se expor sem reservas. O mesmo ocorre com a matéria sobre a empresária Berta, que traz uma fotografia de página inteira destacando a protagonista em meio à linha de produção de sua fábrica. Em todos esses casos, percebe-se que a posição de destaque das entrevistadas lhes concede o direito de terem os seus nomes revelados, sendo apresentadas como exemplos de coragem feminina e possível inspiração para as demais mulheres.

Outra protagonista dessa edição é a parteira Odila, personagem da matéria que supostamente foi o principal motivo para a censura à publicação, conforme é sugerido pelo suplemento lançado junto com a reedição da revista. Intitulada “Nasceu!” (*Realidade*, nº 10, janeiro de 1967, p. 68-74), a fotorreportagem traz um relato detalhado de um parto normal. Foi considerada imoral naquela época por trazer fotos da mãe de pernas abertas no momento em que a criança nascia e, em seguida, do próprio bebê nu. O ensaio fotográfico e o texto jornalístico que atualmente são considerados interessantes pela riqueza de detalhes e a curiosidade em torno do trabalho da parteiras, foi tomado como uma afronta à moral e aos bons costumes, por trazer de forma tão realista a público um momento privado como o parto.

Já as reportagens sobre as desquitadas e a “mãe solteira” trazem apenas os contornos das entrevistadas, escondendo suas feições por meio de um jogo de luz e sombras e também a sua identidade pelo uso de nomes fictícios. Suas histórias contadas em minúcias e as declarações de orgulho da sua condição apesar das adversidades sofridas contrastam com a necessidade de ocultar quem realmente são. A opção editorial de preservar o sigilo das fontes para então publicar abertamente o que têm a dizer aponta para uma sociedade que está ciente das mudanças de seu tempo, mas ainda as rejeita em nome da manutenção dos rígidos princípios morais vigentes.

Além disso, está demarcada na edição nº 10 a estreita relação com o campo científico, a partir da divulgação de pesquisas e da palavra de especialistas acerca dos assuntos tratados, conferindo no âmbito discursivo maior profundidade às pautas da publicação. Também percebe-se o engajamento com a pretensão de abarcar a realidade em todas as suas facetas, presente desde o projeto de lançamento do periódico, e materializada nesta edição em vários pontos: na listagem dos diferentes prismas através

dos quais o universo feminino seria abordado; na imagem do rosto da jovem sob a lente de aumento; e no curioso convite para “assistir” a um parto, possibilidade, a princípio, mais usual no registro audiovisual do que em um veículo impresso.

Assim como ocorre com as demais edições de *Realidade*, essa também traz 12 macrotemas. A primeira matéria, intitulada “A mulher brasileira, hoje” (*Realidade*, nº 10, janeiro de 1967, p. 20- 28), visava traçar um dossiê sobre “o que pensam nossas mulheres”, a partir de oito eixos temáticos, a saber: a) “a mulher e os homens”; b) “a mulher e os parentes”; c) “a mulher e a religião”; d) “a mulher e a política”; e) “a mulher e o dinheiro”; f) “a mulher, os esportes e a diversão”; g) “a mulher e a moral”; e h) “a mulher e seus ideais”. Nota-se que o maior destaque é com relação aos assuntos de cunho moral, uma vez que foram dedicadas 32 perguntas a esse respeito, enquanto os demais tópicos não obtiveram mais do que oito questões.

De maneira geral, os questionamentos visavam mensurar o grau de autonomia das mulheres, bem como a influência do marido e dos familiares sobre a sua forma de agir e pensar, como pode ser observado, por exemplo, nas seguintes indagações: “a senhora vota em quem o seu marido indica?” ou “seus pais têm muita influência em sua vida?”. Outras, tinham como objetivo avaliar o nível de conhecimento geral e de envolvimento das mulheres com a política e economia: “a senhora acha que vivemos numa democracia?” ou “a senhora acha que a inflação está diminuindo?”. Mas, são as indagações de ordem moral que ocupam maior espaço das nove páginas dedicadas à pesquisa. O resultado apontou a liberdade sexual, assim como a independência financeira, como os principais fatores a serem conquistados rumo à igualdade nas relações de gênero.

No que diz respeito à questão “uma mulher honesta gosta de sexo?”, nota-se que o grau de escolaridade, o nível socioeconômico e a tradição religiosa estão diretamente ligados à opinião das mulheres. Também há divergências no pensamento no que tange a idade das entrevistadas, conforme pode ser percebido no questionamento “o papel das mulheres nas relações sexuais é apenas satisfazer ao marido?": “é bastante significativo que as mais jovens (77%) tenham uma concepção muito menos passiva do papel sexual da mulher do que as mais velhas (58%). Outro dado: apenas 18% das solteiras (contra 31% das casadas) concordam que a função da mulher é somente satisfazer ao marido”.

Mas, curiosamente, essa relação se inverte no que diz respeito à autonomia do voto: quanto mais jovem a esposa, mais se mostra sugestionável a votar no candidato do esposo.

“Um revolução (nada) tranquila e (muito) necessária”

De maneira complementar, a seção de “Cartas dos Leitores” (*Realidade*, nº 11, fevereiro de 1967, p. 10-14) se insere no círculo hermenêutico (RICOUER, 1994) em torno da edição censurada. As opiniões divergentes publicadas demonstram os conflitos de uma sociedade em transformação e elucidam que a polaridade percebida no interior da publicação não diz respeito somente ao fazer jornalístico por ela performado, mas também à sociedade, sua fonte e interlocutora. Nesse ponto, mais do que analisar o conteúdo das cartas propriamente dito, torna-se importante refletir a respeito da participação desse espaço dedicado à fala dos leitores no interior dos periódicos, no que diz respeito ao jogo narrativo e discursivo da revista em torno do seu inventário sobre as mulheres brasileiras no final dos anos de 1960.

Ao analisar as seções de cartas publicadas nos jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Correio Braziliense* no início dos anos 2000, Braga (2006, p. 135) evidencia que apesar da aparente interatividade que tais espaços parecem, à primeira vista, promover, o que se encontra não é um embate espontâneo entre o meio de comunicação e seus leitores. O pesquisador chama a atenção para o processo de seleção, organização e edição dos enunciados. Dessa forma, reflete a respeito da disparidade de poder na reverberação desse suposto diálogo, ao ditar quais vozes, como e em quais contextos serão publicadas. Por outro lado, reconhece que as cartas ofertam um “instrumental crítico-interpretativo” que amplia as possibilidades de leitura de uma dada publicação.

É sob esse duplo olhar que nos embatemos com as vinte cartas escolhidas para veiculação, “entre as centenas que chegaram” (*Realidade*, nº 11, fevereiro de 1967, p. 14), que se somam ao autodiscurso da revista em torno da polêmica envolvendo a apreensão da edição de janeiro de 1967. Embora se possa classificar as falas a partir de um pressuposto comum – todos os autores se apresentam como leitores de *Realidade* – se mostram heterogêneas no que diz respeito aos argumentos defendidos. As duas primeiras, oriundas de São Paulo (capital), manifestam o apoio à censura do exemplar.

O primeiro relato, construído a partir da oposição entre a “prostituição e adultério” e os valores tradicionais da sociedade, possui um forte fundamento religioso. Ao conclamar a metáfora bíblica presente na parábola do semeador (Mateus 13:18-30), o leitor demarca a separação entre o joio (“tudo que é repulsivo e imoral”) e o trigo (“seio das famílias honestas” e “coração das mocinhas puras”), seguida da comparação entre a justiça humana e a divina. Além de recorrer a um repertório eclesiástico para discutir uma revista secular, o texto não traz nenhum dado que indique o que considera “imoral” na edição em questão. É como se não enumerar o conteúdo “repulsivo” da edição apreendida contribuísse para apagar tal episódio da memória dos leitores que também a censuraram, permitindo à revista, assim, continuar mantendo-os como público para futuras edições.

Por outra via, a segunda carta prescinde do uso exacerbado de adjetivos e de traços religiosos explícitos, se concentrando em cumprimentar o Juiz de Menores pela decisão de defender a “Moral brasileira”, grafada em letra maiúscula, numa clara exaltação dos valores conservadores da sociedade. De certa forma, a leitora também promove uma sacralização dos preceitos tradicionais do período, tomados como inquestionáveis.

Se as duas cartas que abrem a seção se mostram à favor da censura, o mesmo não ocorre com as demais, que trazem elogios à edição em geral ou citam uma ou mais reportagens para embasar o protesto contra a apreensão; ou ainda não fazem referência a nenhuma matéria, mas se colocam contra à ação considerada arbitrária impetrada pelo Juiz de Menores. Percebe-se, a partir dos trechos publicados dessas 18 cartas, um movimento estratégico que reforça os autodiscursos de *Realidade* desde o seu lançamento: uma alocução em prol da liberdade de imprensa, não somente pelo caráter antidemocrático da censura, mas principalmente pelo suposto prejuízo gerado para os leitores, que tiveram cerceado o seu direito de acessar informações pouco presentes na imprensa brasileira, de modo generalizado.

O primeiro leitor dessa parte das cartas, que a princípio usa um apelo emocional para se manifestar contra a apreensão da revista, em seguida se vale de um recurso muito presente nas narrativas jornalísticas de modo geral: a objetivação. Por meio da conclamação de uma fonte considerada fidedigna (nesse caso, a figura de um bom pai),

ele transcreve em discurso direto o depoimento para conferir maior credibilidade e reforçar o argumento inicial. A opinião do leitor, nesse caso, não parece ser suficiente para validar seu posicionamento, como aconteceu nas duas cartas anteriores. É preciso a chancela-lo como alguém que declara usar a revista como instrumento educativo junto aos próprios filhos para credibilizar a sua fala.

Curioso, nesse ponto, é a necessidade de suscitar a figura de um homem para validar a publicação de um inventário sobre mulheres, evidenciando não só o contexto de uma sociedade conservadora, como também altamente sexista. Por fim, ao delegar à ação divina a tarefa de trazer esclarecimento às autoridades, há associação da ideia de que até mesmo a esfera da religião, historicamente uma das mais resistentes a mudanças no que tange os usos e costumes sociais, também consideraria incorreta a censura.

Na carta seguinte, além do leitor também aludir ao campo religioso, ele se refere à esfera midiática e à área da educação para destacar a excelência de *Realidade*, ao afirmar que “um jornal da capital” abordou a permissão de uma “Madre Superiora” para que a edição censurada fosse lida nas salas de aula de um “colégio de freiras”. Dessa forma, o leitor reveste a revista de notoriedade, pois foi digna de figurar entre as notícias de outro veículo de comunicação, que circulava no coração econômico do país. Além disso, o fato de até mesmo uma mulher religiosa considerar a edição nº 10 um válido instrumento educativo reforça indiretamente a repulsa à ordem de apreensão.

Dentre as cartas publicadas na edição nº 11, há também uma assinada por seis “assíduos leitores”, homens e mulheres que se classificam como “meros observadores” e, pelos sobrenomes, indiciam ser de famílias diferentes. São essas vozes – de núcleos familiares e gêneros distintos – que se unem para se declarar “admiradores incondicionais” da publicação e tecer considerações a respeito daquela que elegem “sem favor algum, a melhor revista brasileira”. Ao repudiarem a apreensão da edição nº 10, o grupo enumera valores recorrentemente usados para classificar o jornalismo de modo geral, tais como: as funções de “esclarecer, educar e orientar o leitor”; o despertar do “pensamento dos brasileiros”; a abordagem “com honestidade de assuntos de vital interesse”; e os “critérios científicos” para a construção das notícias.

Dessa forma, vê-se reafirmado na fala dos leitores os pressupostos de objetividade, neutralidade e busca da verdade, naturalizados nas relações entre a

imprensa e a sociedade ao longo dos tempos e que traduzem, em menor ou maior grau, certa forma de compreender a promessa de leitura firmada entre a revista e sua audiência. Nesse ponto, observa-se que a investidura de *Realidade* por parte dos leitores de valores historicamente presentes no imaginário social em torno da prática jornalística não se dá, necessariamente, pela consciência dos interlocutores de tais pressupostos ou mesmo pelo intuito de discutir o jornalismo como uma forma social de conhecimento. Apenas são suscitados, sem maiores problematizações, como uma espécie de cânone, ou seja, conjunto de noções tomado como verdadeiros *à priori*, que não servem ao propósito de discutir, mas de afirmar o já dito.

De fato, em nenhuma das 20 cartas publicadas, há o questionamento em torno da postura de *Realidade* diante da censura, nem a respeito do método da revista para execução e publicação da pesquisa, ou se o conteúdo correspondeu à expectativa em torno do perfil das mulheres brasileiras naquele período, ou ainda da possibilidade de silenciamentos de outras performances femininas, na busca por um retrato fidedigno e coeso. As cartas apenas apontam para o repúdio ou o apoio à apreensão da edição, considerada genericamente como de “vanguarda” ou “amoral”, respectivamente. Há ainda um notado esforço de instaurar a voz de alguns leitores como a manifestação ampla e organizada contra a repressão do direito à informação.

Contudo, tal movimento se mostra superficial, à medida que não abrange a reflexão se, de fato, os cidadãos em geral (e não só uma parte do universo de leitores de *Realidade*) se sentiram lesados por mais do que terem tido negado o acesso a uma edição de uma revista específica: pelo direito de expressão ter sido desrespeitado. Em outras palavras, a discussão evidenciada pelas páginas do periódico tangencia timidamente a questão mais ampla e fundamental que seria as arbitrariedades de um sistema ditatorial vigente no país naquele período. Dessa forma, estaria circunscrita aos ecos fragmentados que reforçam o autodiscurso presente no editorial da publicação de que houve prejuízos decorrentes da impossibilidade de oferta de “uma revista para homens e mulheres inteligentes que desejam saber mais a respeito de tudo” (*Realidade*, nº 11, fevereiro de 1967, p. 11).

Há ainda entre as cartas indícios de que a edição circulou, mesmo com o embargo. Mesmo nesses relatos, o conteúdo da edição, propriamente, aparece em segundo

plano, ficando o destaque para a sua censura. Na primeira, os leitores afirmam ter tido acesso à edição nº 10 “por intermédio de uma pessoa amiga”, enquanto na segunda, um pai declara sempre compartilhar a revista com toda a família, “inclusive a edição de janeiro”. Apesar de evasivos no que diz respeito à forma como conseguiram tais exemplares e onde moram, os textos dão a entender que possivelmente alguns leitores tiveram acesso à revista antes da apreensão ou talvez, clandestinamente após o embargo. No horizonte, as declarações apontam para o possível esforço que tiveram para ter em mãos o periódico proibido e, conseqüentemente, burlar a censura, caracterizada como uma “atitude tão falsa e hipócrita”, que impediria o acesso mais amplo a “um resumo instrutivo ao alcance das mentalidades de níveis médio e superior”, nesse caso, a matéria “Assista a um parto até o fim”.

Nesse ponto, ressalta-se mais uma vez que a publicação das cartas e as informações nelas contidas passam pelo crivo da revista, integrando-se, dessa forma, aos autodiscursos da publicação. Ecos dos discursos citados anteriormente também podem ser observados na narrativa assinada por uma leitora de São Paulo, que ao se apresentar como assistente social, busca instaurar um lugar de autoridade para discutir o tema de outra matéria da edição censurada - “Eu me orgulho de ser mãe solteira”. Em seu relato, a leitora tece uma crítica contundente a uma sociedade que indiretamente valida o abandono de crianças em nome de “salvaguardar as aparências”.

Mais uma vez, demarcam-se os ecos do autodiscurso de *Realidade*, seja a sua missão de elucidar as principais questões de seu tempo ou de suscitar a reflexão em torno de temas considerados tabus. Esse mesmo movimento é evidenciado por outras cartas, que condenam a apreensão da revista ao comparar o periódico a diversas publicações também presentes nas bancas das capitais brasileiras. Se é possível afirmar a partir do depoimento desses leitores que outras publicações contemporâneas de *Realidade* traziam a imagem da feminina sensualizada e não sofreram a mesma coibição, somos levados a pensar que a edição nº 10 possivelmente foi censurada, de fato, não pelo seu teor, mas por assuntos polêmicos envolvendo mulheres serem tratados tão intensivamente em um periódico de grande circulação.

Dentro da própria serialidade de *Realidade* é possível encontrar argumentos que apontem nessa direção. Ainda que o conteúdo da edição seguinte pareça bem mais

comedido no que tange os temas e abordagens escolhidos, o mesmonão pode se dizer de sua capa, que traz em destaque a imagem do rosto de uma jovem loira em primeiro plano, em ângulo ascendente. Sua expressão remete ao prazer: boquiaberta, face tomada por suor, olhos cerrados emoldurados por cílios volumosos e um farto delineador preto. Apesar do tom erótico aludido pela fotografia estar diretamente associado ao título “Carnaval: esta é a festa de todos nós”, parece-nos curioso observar que em muito se distancia da fotografia conservadora utilizada na polêmica edição anterior, onde a face de uma moça “bem comportada” é, contraditoriamente, usada para representar o inventário considerado amoral.

Sujeitos em relação, indetidades em trânsito

Ao nos debruçarmos sobre a emblemática edição nº 10 de *Realidade*, percebemos que a luta pela emancipação que reivindica é justificada narrativa e discursivamente por uma suposta superioridade feminina (quando o pleito é por equidade), pela exaltação de seus corpos (já tão objetificados) e a beleza da maternidade (tomada compulsoriamente). No interior dessas contradições, emerge a nova mulher brasileira, uma figura coesa e com contrariedades apaziguadas, por ser desenhada como a protagonista de uma “revolução tranquila”.

Minuciosamente traçada por meio de temas tabus, a mulher brasileira ofertada pelas páginas da publicação deve cultivar os ideais de vanguarda de Ítala Nandi, ser independente financeiramente como Dona Berta, corajosa como as desquitadas, verdadeira como a “mãe solteira” e ocupar os espaços tradicionalmente masculinos, como as freiras na liderança da Igreja. Contudo, ainda assim deve preservar a delicadeza da maternidade, a virtude na administração do lar e a sensibilidade na execução de trabalhos considerados intrinsecamente femininos como o da parteira, por exemplo.

Apesar de ser notória a importância de uma revista de grande circulação no final dos anos de 1960 se propor a ouvir e perfilar mulheres diversas, “contar uma história de si não é o mesmo que dar um relato de si” (BUTLER, 2015, p. 13). Ao trazer as narrativas de experiências e opiniões femininas / feministas, *Realidade* promete o improvável: a oferta de um sujeito coerente, que se conhece de modo inteiro, se esquecendo de que a

nossa cegueira a respeito de nós mesmos também é parte do nosso processo contínuo e fluido de construção.

Nos rastros da autora, somos interpelados a substituir o desejo materializado pela publicação de inventariar identidades femininas e compreendê-las holisticamente, pela pergunta de: como somos constituídos como sujeitos e a que custo? Pois, assumimos que as identidades não se constituem como um exercício individual, nem mesmo pela somatória de individualidades, e sim no embate e nas relações, sociocultural e temporalmente circunscritas. Somos, portanto, constituídos de modo, necessariamente, relacional e, muitas vezes, incoerente: “implicados, obrigados, derivados, sustentados por um mundo social além de nós e anterior a nós” (BUTLER, 2015, p. 87).

Como consequência, compreendemos que buscar um relato do “ser mulher” é ser atravessado, indubitavelmente, pela despossessão, pois, em todo o processo de se reconhecer e se fazer reconhecida como sujeito apenas a opacidade e a incompletude são permantes. Isso porque as condições para se construir como mulher numa determinada sociedade e tempo abarca condições que nos escapam, ao passo que as nossas singularidades tanto fraturam, quanto são fraturadas pelos códigos sociais que nos regem. Relatar a si mesmo é, portanto, uma negociação, em que “sou usada pela norma precisamente na medida em que a uso” (BUTLER, 2015, p. 51).

Por certo, *Realidade* não conseguiu cumprir a promessa de apanhar por completo as identidades das mulheres brasileiras no final dos anos de 1960. Mas, a publicação e os seus embates com os censores e os leitores nos ajudam, de modo emblemático, a interpelar mulheres brasileiras mais conscientes do peso do seus depoimentos para a discussão de elementos socioculturais centrais de um tempo de transformações. Algumas delas, dispostas a instaurar a desordem dos valores hegemônicos, mesmo tendo seus rostos e nomes escondidos no processo. Seus relatos – quer sejam admirados ou julgados, sileciados ou reverberados - dão a ver, no limite, uma sociedade brasileira arcaica, que se dizia progressista, mas, assimetricamente, não estava preparada e talvez ainda não esteja para vários dos temas trabalhados naquela edição.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, J. L. **A sociedade enfrenta sua mídia**. São Paulo: Paulus, 2006.
- BUTLER, J. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. São Paulo: Autêntica, 2015.
- GUEDES, N. G. T. **Três modos de ser revista**: jornalismo e cotidiano em O cruzeiro, Realidade e Piauí. Tese de Doutorado. PPGCOM/UFMG, 2014.
- REALIDADE, nº 1, Rio de Janeiro, Editora Abril, abril de 1966.
- REALIDADE, nº 4, Rio de Janeiro, Editora Abril, julho de 1966.
- REALIDADE, nº 5, Rio de Janeiro, Editora Abril, agosto de 1966.
- REALIDADE, nº 9, Rio de Janeiro, Editora Abril, agosto de 1966.
- REALIDADE, nº 10, Rio de Janeiro, Editoria Abril, janeiro de 1967.
- REALIDADE, nº 10, Rio de Janeiro, Editoria Abril, janeiro de 1967.
- RIBEIRO, A. P. G.; LEAL, B.; GOMES, I. **A historicidade dos processos comunicacionais**: elementos para uma abordagem. *Comunicação, mídias e temporalidades*. Salvador: EDUFBA, p. 37-58, 2017.
- RICOEUR, P. **Tempo e narrativa – Tomo I**. Campinas: Papirus, 1994.
- WILLIAMS, R. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- WILLIAMS, R. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1979.